

Pobreza, Riqueza e Dependência em Moçambique: Discussão crítica

Comunicação apresentada no lançamento de dois livros do IESE:

"Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique"

e

"Protecção social: abordagens, desafios e experiências para Moçambique"

Carlos Nuno Castel-Branco

09-09-2010

Introdução

O IESE realizou, a 22 e 23 de Abril de 2009, a sua II Conferência Científica subordinada à temática genérica *"Padrões de Acumulação Económica e Dinâmicas da Pobreza em Moçambique"*. Por que razão foi esta temática escolhida e o que significa?

Por estudo dos "padrões" e "dinâmicas" de acumulação económica e de pobreza entendemos a análise das características económicas, sociais e políticas das tendências de crescimento, reprodução, diferenciação e distribuição económica e social em condições históricas específicas, tomando em conta as relações dinâmicas entre os agentes (seus interesses, relações, organização e capacidades) e as pressões, desafios e ligações económicas e sociais com as quais eles se relacionam. Este estudo requer a análise das estruturas (o que é produzido, quanto, como, com que grau de interligação e como é distribuído) e instituições (políticas, sistemas políticos e organizações políticas, participação dos cidadãos na vida política e na governação, etc.), e de como é que as estruturas, instituições e agentes económicos e políticos se relacionam e interligam. Por outras palavras, interessa-nos não só ter listas de dados estatísticos, geralmente desconexos, sobre produção, comércio, investimento, pobreza, receitas, despesas, défices, etc., mas sobretudo interessa-nos perceber como é que os processos quantitativamente descritos se podem interpretar e conjugar consistentemente e que dinâmicas sociais, económicas e políticas emergem desses processos.

Portanto, pobreza, desigualdade, vulnerabilidade, protecção social, estruturas de produção, comércio e investimento, dinâmicas fiscais e da balança de pagamentos, dinâmicas e instituições políticas, e relações de poder entre agentes estão todos relacionadas entre si. De que forma e com

que magnitude estas relações são estabelecidas, são questões parcialmente tratadas nestes dois livros (e mais completamente abordadas no próximo livro do IESE, a sair em finais de Outubro, que aborda a economia política da economia extractiva e os desafios de industrialização), mas também são questões que têm que ser objecto de contínua investigação e crítica pois a realidade política, económica e social vai mudando, assim como vão mudando as percepções e métodos de análise.

Em Moçambique, o debate social em torno do "combate à pobreza" é marcado por diferentes abordagens. Algumas abordagens enfatizam as fraquezas estruturais que tornam alguns indivíduos mais vulneráveis no mercado (deficiente capital humano individual). Outras concentram-se na inadequação das instituições (corrupção, neo-patrimonialismo do Estado, desigualdade do género e feminização da pobreza, insuficiente ou inadequada democracia e limitada descentralização). Finalmente, há abordagens com enfoque na limitação dos recursos disponíveis (tamanho da economia, nível de poupança e magnitude da taxa de crescimento destas variáveis) [Castel-Branco (2010a), Francisco e Amarcy (2008), Wuyts (2004)].

O discurso político oficial põe o enfoque do combate à pobreza no crescimento económico e na transformação da mentalidade, ou cultura, dos pobres (preguiça, inveja, falta de auto-estima, receio de ser rico, e assim por diante), criticando a cultura de pobreza, elogiando a cultura do empreendedorismo individual dos ricos e as taxas de crescimento económico, e afirmando o imperativo social de promover o enriquecimento individual como pré-condição para combater a pobreza nacional [(Brito (2010) e Chichava (2010 e 2009)].

Estas abordagens consideram a pobreza como um *"estado de coisas"*, ou um *"produto"*, que resulta de conjuntos de *"insumos"* mais ou menos bem definidos (cultura, estruturas produtivas, instituições ou recursos). Dependendo da ênfase dada por cada uma destas abordagens, a pobreza combate-se fornecendo o *"insumo"* em falta, seja ele a cultura de riqueza para substituir a cultura miserabilista dos pobres; educação e saúde para elevar o capital individual e o valor do indivíduo no mercado; estruturas produtivas pró pobre [sejam elas *"o mercado"* ou *"um sector"* (geralmente a agricultura) ou *"uma forma de organização produtiva"* (geralmente familiar ou a micro e pequena empresa), vagamente discutidas]; ou a igualdade de género e outras instituições democráticas pertencentes ao pacote de boa governação.

Modelos de pobreza e combate à pobreza – discussão crítica

Os conflitos e as intercepções destes tipos de abordagens criam dinâmicas interactivas em torno de modelos de causalidade geralmente não demonstrada e frequentemente contraditória, mas que dominam o debate sobre políticas públicas. Tomemos os três exemplos mais gerais e comuns de tais tipos de modelos: a relação entre pobreza, crescimento e desigualdade; a relação entre pobreza e estruturas económicas pró pobre; e a relação entre pobreza e a cultura miserabilista dos pobres.

Pobreza, crescimento e desigualdade

No primeiro tipo de modelo, *pobreza é explicada por duas variáveis a saber, crescimento económico e desigualdade*, sendo directamente relacionada com desigualdade e inversamente com crescimento. As duas variáveis explicativas, *crescimento e desigualdade*, são dadas, isto é, a explicação de desigualdade e de crescimento económico, bem como a discussão de qualquer possível relação entre ambas, encontram-se fora do modelo. Portanto, dada a taxa de crescimento, a redução da pobreza depende da redução da desigualdade (quer dizer, no seu extremo, desde que a desigualdade reduza a pobreza diminui, ainda que não haja crescimento económico). Dada a desigualdade, a pobreza pode reduzir desde que o crescimento económico seja acelerado (quer dizer, no seu extremo, ainda que desigualdade aumente, desde que a taxa de crescimento económico seja acelerada acima da taxa de crescimento da desigualdade, a pobreza reduz) [Francisco e Amarcy (2008, Francisco e Ali (2008), Wuyts (2004)].

Modelos mais lineares e menos sofisticados desta abordagem prevêm que a aceleração do crescimento económico em fases iniciais de acumulação de capital implica o aumento da desigualdade. Isto acontece porque nesta fase inicial de *arranque da economia* é necessário aumentar a taxa de poupança o que requer, entre outros factores, a concentração do rendimento uma vez que a poupança seja definida como uma função do rendimento [Kaldor (1967, 1961 e 1957)]. Estes modelos não discutem os processos políticos e sociais e as condições históricas concretas que criam e permitem (ou não) sustentar as dinâmicas de crescimento económico e da desigualdade dado que os modelos entendem que aceleração começa com acumulação de recursos (neste caso, poupança) e que esta acumulação de recursos é tecnicamente dada (isto é, depende, numa certa magnitude empírica, da concentração do rendimento).

As relações estabelecidas nesta classe de modelos parecem lógicas e relevantes mas são simplistas e historicamente inadequadas. Por um lado, ao assumirem as variáveis “*desigualdade*” e “*crecimento*” como dadas (determinadas fora do modelo), os modelos geram três problemas: (i) perdem contexto histórico e sentido económico e social, transformando “*pobreza*”, “*desigualdade*” e “*crecimento*” numa simples estatística; (ii) perdem precisão analítica porque não conseguem compreender nem definir “*pobreza*”, “*desigualdade*” e “*crecimento*” no seu contexto histórico e socioeconómico específico de diferenciação e reprodução social e económica; e (iii) perdem capacidade de previsão ou geram previsões absurdas.

Por outro lado, assumindo “*desigualdade*” como o único (ou fundamental) factor a determinar a “*comunicação*” (ou a “*taxa de câmbio*”) entre crescimento económico e pobreza, estes modelos implicitamente requerem uma economia fechada em que, dada a taxa de crescimento económico, desigualdade explica a distribuição do rendimento e, portanto, a pobreza. Em economia aberta, os termos de troca internacionais e as transferências entre economias, empresas e cidadãos afectam as dinâmicas da produção, da distribuição e da pobreza. Aliás, Moçambique é um bom exemplo deste problema. Os elevados índices de ajuda externa (mais de 20% do PIB, financiando mais do que 50% da despesa pública e do défice da conta corrente), a entrada das transferências privadas de cidadãos não residentes (US\$ 82 milhões em 2008), os fluxos de investimento privado externo (15 vezes superiores aos do investimento directo nacional em 2008) concentrados nos recursos minerais, energéticos e florestais (cerca de 50% do investimento privado nos últimos 18 anos, e cerca de dois terços do investimento privado nos últimos cinco anos), e a saída dos rendimentos dos grandes projectos minerais e energéticos (US\$ 680 milhões em 2008), jogam um papel fundamental na explicação do crescimento económico, da diferenciação e desigualdade, da distribuição do rendimento, dos níveis de consumo, da sustentabilidade macroeconómica e do espaço fiscal para financiar a diversificação e articulação da economia e a segurança social [Castel-Branco (2010b)].

Finalmente, a associação estabelecida entre fases iniciais de acumulação e o aumento da desigualdade (por causa da necessidade de aumentar a taxa de poupança para acelerar crescimento económico) nega a experiência histórica de formação do capitalismo na fase de acumulação primitiva. Tanto no caso das economias hoje consideradas desenvolvidas, como no caso de Moçambique e outras economias menos desenvolvidas, a experiência histórica mostra que o processo de acumulação primitiva depende da associação entre o Estado e as forças emergentes da burguesia capitalista para reestruturar a propriedade, o controlo dos recursos e as relações de produção [Marx (1983), Fine and Saad-Filho (2010), Dobb (2007 e 1963), Castel-Branco (2010b)]. A reestruturação da propriedade, controlo dos recursos e organização social da produção formam o engenho de mudança e aceleração. Portanto, o aumento da desigualdade é o produto de luta política, económica e social pela organização

da produção e controlo da riqueza gerada, e não a causa, tecnicamente dada, da aceleração do crescimento nem, em si, a causa da pobreza. A relação entre riqueza e pobreza é dada pelo controlo do trabalho e dos seus frutos e pela luta política em torno desse controlo, sendo "desigualdade" e "pobreza" definições sociais, económicas e políticas de manifestações dessa luta política e das tensões e conflitos que ela gera.

Crescimento pró pobre

No segundo tipo de abordagem, *o nível de pobreza é relacionado com a eficácia pró pobre* (mais igualitária) *da estrutura do crescimento económico e da distribuição*. Portanto, esta classe de modelos pretende introduzir mais detalhe no estudo da relação entre crescimento e pobreza ao assumir que "*desigualdade*" é inerente ao tipo de estratégia económica e padrão de crescimento, isto é, é um fenómeno social interno ao modelo (definido pelo conteúdo da estratégia). Comumente, este tipo de modelo assume que as estratégias mais eficazes para reduzir pobreza são as que se concentram no investimento em capital humano e infra-estruturas associadas (educação e saúde, escolas, centros de saúde, rede sanitária, entre outras) e no desenvolvimento agrário e rural com ênfase nos pequenos produtores [Stewart (1992a and 1992b), Benfica (2003 e 1998)].

Apesar do seu contributo para relacionar desigualdade com a natureza das opções e estratégias de desenvolvimento, as abordagens do crescimento pró pobre são, tal como as do primeiro tipo de modelos discutido, simplistas e inadequadas historicamente. Por um lado, assumem que um vasto leque de opções de política está disponível, de onde podem ser feitas escolhas com relativa facilidade e neutralidade, independentemente das relações dinâmicas entre agentes (seus interesses e capacidades de os articular politicamente), as ligações e pressões económicas e políticas (influenciadas pelos agentes e que exercem influência sobre eles) e as condições históricas concretas (domésticas e internacionais). Por outro lado, estas abordagens requerem um Estado capaz de fazer estas escolhas, mas não conseguem ou não se preocupam em explicar de onde vêm e como se articulam e impõem os objectivos económicos e sociais de tal Estado. Portanto, o Estado, determinante na abordagem pró pobre, é assumido como externo ao modelo. Finalmente, olham a economia a partir de fragmentos isolados (por sectores, actividades, grau de formalidade, regiões ou grupos sociais), pelo que não conseguem compreender nem captar: as dinâmicas de diferenciação económica, social e política e o seu impacto nas opções, conflitos e possibilidades de desenvolvimento; a subordinação formal e informal de diferentes actividades e formas de organização e integração dos mercados nos sistemas de acumulação, distribuição e reprodução; a unidade e as

tensões e conflitos entre diferentes ligações e relações económicas e sociais fundamentais (entre a cidade e o campo, a agricultura e a indústria, a grande e a pequena empresa, o emprego e o auto-emprego formais e informais, a economia real e as finanças, a formalidade e a informalidade). Um dos reflexos destas tensões analíticas é o preconceito de que uma estratégia focada na agricultura e desenvolvimento rural é, por natureza (não por desenho), mais igualitária ou pró pobre do que qualquer outra, independentemente das dinâmicas reais de investimento, produção, comércio e distribuição e dos sistemas de reprodução social que existem e estruturam a agricultura, incluindo o acesso à terra, água, insumos, trabalho e mercados [Cramer, Oya and Sender (2008), Castel-Branco (2008)].

Mentalidade miserabilista

Finalmente, o discurso político oficial actual desenvolveu o argumento de que a pobreza é um problema de mentalidade e cultura – está na mente dos pobres e na maneira de viver que eles adoptam. Isto é, os pobres são materialmente pobres porque sofrem de pobreza mental [Brito (2010), Chichava (2010 e 2009)].

Este tipo de discurso tem várias vantagens para o capital nacional em fase de acumulação primitiva acelerada, pelo que não é de estranhar que seja propagado intensamente pelo *establishment* político nacional. Primeiro, "pobreza" adquire o estatuto e dimensão de recurso natural privilegiado na medida em que mobiliza, em ajuda externa para o Estado, 12 vezes mais recursos do que as contribuições fiscais das empresas multinacionais que exploram os "outros" recursos naturais e energéticos do país. Portanto, a acumulação primitiva das classes capitalistas nacionais pode ser acelerada e as taxas de lucro líquido das empresas multinacionais podem ser aumentadas porque o recurso "pobreza" gera a ajuda externa necessária para financiar o Estado. Em outras palavras, a "pobreza" financia a acumulação de capital ou, para por a mesma questão de outro modo, o Estado subsidia o capitalismo nacional e internacional usando "pobreza" como meio de troca.

Como é evidente, se "pobreza" é um substituto para receitas fiscais dos recursos naturais, então o Estado pode subsidiar multinacionais mas já não pode subsidiar o pão, o transporte, os meios energéticos, a água, etc.. Como afirmou recentemente um membro do Governo moçambicano, "...46 milhões de dólares de subsídio indirecto ao pão equivalem a 10 escolas secundárias." [O País 06-09-2010: pp. 6]. No entanto, só em 2008, duas multinacionais operando nas indústrias de alumínio e gás natural retiveram e transferiram da economia nacional US\$ 680 milhões, em grande medida por causa dos incentivos fiscais de que beneficiam. No mesmo período, para além das ligações com

fornecedores internos, a soma dos contributos fiscais e dos gastos em "responsabilidade social" destas multinacionais em Moçambique foram inferiores a 4% do valor das suas vendas totais. Adicionalmente, apesar de serem extensivas e intensivas no uso de terras e outros factores de produção (como energia), estas e outras grandes empresas comerciais multinacionais pagam taxas pela terra e pelos factores tão baixas que o contributo de taxas e impostos de superfície e factores para as receitas do estado é próximo de zero [Castel-Branco (2010b) e DNEAP (2009)].

Se estas multinacionais fossem tributadas ao nível médio das pequenas e médias empresas nacionais e pagassem taxas de uso e aproveitamento da terra e de energia mais consistentes com padrões internacionais, com o nível e tipo de procura e com o custo de oportunidade dos factores usados, o Estado poderia ter obtido acima de US\$ 320 milhões adicionais em receitas só em 2008. Recorrendo ao exemplo dado pelo membro do Governo citado em *O País*, quantas escolas secundárias não são construídas anualmente por causa dos subsídios redundantes [Bolnick (2009), Bucuane e Mulder (2007a), Byiers (2009), Castel-Branco (2010b)] dados, sem pestanejar, ao capital multinacional? Cerca de 80 escolas, se for tomado em conta o valor dos incentivos fiscais em 2008. Como o valor dos incentivos depende do valor tributável da actividade, em 2010 o valor de subsídios recebidos por multinacionais (por via de incentivos fiscais e de baixas taxas de terra e outros factores) aproxima-se do equivalente a 100 escolas secundárias. Por que é possível "oferecer" 100 escolas secundárias de subsídio ao capital multinacional, anualmente, mas não é possível subsidiar o pão com 10 escolas secundárias? Se as multinacionais deixassem de ser tão irracionalmente subsidiadas, o saldo seria que o Estado, mesmo subsidiando o pão, poderia construir 90 escolas secundárias adicionais por ano (evidentemente, este artigo não está a argumentar a favor de se construírem 90 escolas secundárias adicionais por ano; está apenas a explorar o exemplo dado pelo membro do Governo citado em *O País*).

Segundo, pobreza torna-se assunto pessoal e deixa de ser fenómeno social, uma vez que a pessoa pobre é a culpada da sua própria pobreza. Logo, pobreza nunca é equacionada do ponto de vista de padrão de acumulação – será que acelerar o crescimento económico com base na exportação em bruto de recursos naturais e na construção de infra-estruturas de apoio à economia extractiva, associado com incentivos fiscais enormes e redundantes, não é uma das premissas que gera mais pobreza (e mais riqueza ao mesmo tempo), que aumenta os preços dos bens básicos de consumo, que reduz as oportunidades e opções para o desenvolvimento articulado e diversificado do País? [Bucuane and Mulder (2007b), Castel-Branco (2010b), Selemane (2009)] Esta pergunta não é colocada porque pobreza é entendida como um problema mental e não de economia. Portanto, os padrões de acumulação capitalista não entram na equação da pobreza. Melhor ainda, a crítica a esses padrões económicos é entendida como sinónimo de inveja resultante da mentalidade miserabilista

[Brito (2010)]. Todo o poder ao capital privado multinacional (e oligarquias nacionais a ele associada), e uma parcela da ajuda externa para os pobres, parece ser a receita oficial do momento.

Terceiro, pobreza, cuja "venda" permite ganhar "ajuda externa", transforma-se num instrumento para manter o poder. Com base na aplicação da ajuda externa em serviços públicos e na distribuição de dinheiro para projectos individuais em nome da distritização, é construído o mito de que o poder estabelecido está virado para as preocupações e necessidades do povo e mobiliza os recursos necessários para responder às aspirações populares. Se este mito não fosse apenas mito, o poder estabelecido estaria preocupado em reter no Estado e nas comunidades locais (territorialmente definidas) o máximo possível de riqueza produzida em Moçambique reduzindo a porosidade da economia. Este objectivo poderia ser alcançado com a tributação do capital e dos recursos naturais e com a aplicação desses recursos na articulação e diversificação da actividade económica. No entanto, o poder estabelecido permite que multinacionais que operam em Moçambique retenham acima de um bilião de dólares por ano não tributados de riqueza produzida localmente, e promove a participação das oligarquias nacionais associadas a essas multinacionais na partilha desse repasto. A explicação é simples: as oligarquias nacionais são...nacionais. Também nacionais eram os mais de uma dezena de cidadãos assassinados pela polícia de Moçambique entre 1 e 3 de Setembro de 2010 por se manifestarem por o preço do pão estar caro.

O poder estabelecido argumenta que o capital multinacional (controlado por empresas cujos lucros anuais são duas a três vezes superiores ao tamanho da economia de Moçambique) precisa de incentivos fiscais para ter vontade de gerar mais capital sobre o qual não pode pagar impostos para poder gerar mais capital (e assim por diante). Mas, por outro lado, os desempregados, sub empregados, mal empregados, informalmente empregados ou informalmente desempregados, sem esperança de emprego e outros "miserabilistas" do género devem ter paciência porque os preços do pão são culpa da crise económica internacional que afecta a todos (mas da qual apenas o capital deve ser salvo).

Dicotomia riqueza/pobreza – mas quem controla o trabalho e seus frutos?

Em oposição aos discursos sobre o combate à pobreza, está emergindo um outro discurso que enfatiza a produção de riqueza. O argumento é simples: mais riqueza aumenta o cesto de recursos disponíveis para a sociedade como um todo, incluindo para os mais pobres. Por sua vez, se os pobres abandonarem a sua cultura miserabilista que os levou à pobreza e os mantém lá (segundo o

discurso Presidencial corrente) e trabalharem arduamente, não só podem tirar benefício do cesto de recursos como podem adicionar riqueza a esse cesto.

Este discurso, concorde-se ou não com ele, reflecte a tensão real e profunda entre distribuição e acumulação de capital que resulta da discussão das dinâmicas de produção e de distribuição isoladas umas das outras (a associação da componente "cultura miserabilista" a este modelo tem uma função puramente ideológica para explicar por que é que a produção de riqueza não necessariamente reduz a pobreza – porque os pobres são incompetentes). Como é que as pressões e dinâmicas distributivas se relacionam com as pressões e dinâmicas de acumulação de capital? Como é que o fluxo de recursos na economia (ajuda externa, despesa pública, investimento privado) e as instituições económicas (legislação, políticas, dinâmicas corporativas e organização social da produção) podem ser consistentes com as pressões e dinâmicas distributivas e de acumulação de capital?

Portanto, está sendo criada uma dicotomia entre *combater a pobreza absoluta* e *gerar riqueza*. Terá, esta dicotomia, algum sentido real? Será que os conceitos *pobreza* e *riqueza* fazem sentido fora da análise de relações de classe, poder e conflito no quadro de padrões específicos de acumulação, distribuição e reprodução económica e social? Será que a pergunta "*combater a pobreza ou gerar riqueza?*" é útil e esclarecedora para fazer opções e análise de política pública? Será que a escolha que Moçambique tem que enfrentar é entre *produzir mais riqueza* (ou fazer a economia crescer mais depressa) **ou** *combater a pobreza* (ou distribuir melhor)? Não serão *pobreza* e *riqueza* duas dimensões política e socialmente definidas do mesmo processo de acumulação, distribuição e reprodução, de tal modo que ambas são geradas não só em simultâneo mas em relação orgânica e dinâmica uma com a outra dado que os padrões económicos que geram riqueza para uns geram a pobreza de muitos? Ao invés de centrar a atenção meramente em observar, registar e descrever as taxas de variação da pobreza e da economia, não será mais importante e fundamental focar a análise sobre as bases políticas, sociais e económicas desta simultaneidade e relação orgânica e dinâmica e sobre as relações de poder delas derivadas, através da análise continuada, sistemática e detalhada das dinâmicas do padrão de acumulação?

Sobre os livros da II Conferência do IESE

A temática da II Conferência do IESE situou-se no contexto deste debate. Especificamente, a conferência investigou e debateu três questões: padrões de acumulação económica e desafios de industrialização; abordagens e experiências de protecção social e sua relação com padrões de

acumulação e reprodução; e vulnerabilidade, pobreza, desigualdade e processos políticos. Cada um destes temas continua em processo de investigação. A análise foi avançada mas sobre muitas das questões chave deste debate existem apenas hipóteses e linhas de investigação.

Da conferência resultaram cinquenta e uma comunicações (livremente disponíveis na página do IESE, www.iese.ac.mz) e três livros que contêm 22 artigos gerados a partir destas comunicações. Destes três livros, dois estão já lançados hoje e o terceiro será lançado em finais de Outubro.

O livro *"Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique"* contém sete artigos, dos quais dois discutem o discurso político oficial sobre pobreza com base na análise de discursos do Chefe de Estado moçambicano. Desta análise ressaltam dois aspectos fundamentais a saber: (i) que o discurso político não define nem problematiza "pobreza", referindo apenas em termos gerais a necessidade de "combate à pobreza", o que limita a definição deste combate aos preconceitos e pressupostos de momento e circunstância; (ii) que o discurso político enfatiza a mentalidade miserabilista (cultura ou mentalidade dos pobres) como causa central da pobreza, ao mesmo tempo que promove a ideia do enriquecimento pessoal. Os restantes artigos abordam várias dimensões da problemática da pobreza, discutindo factores estruturais, sociais e políticos, nomeadamente: a governação local (com um estudo de caso de Gorongosa), a informalidade, a vulnerabilidade, a desigualdade e o *nexo* entre desenvolvimento da pobreza rural e a questão da terra (com um estudo de caso da África do Sul). Estes artigos demonstram que, ao contrário do discurso político oficial que responsabiliza a cultura miserabilista dos pobres pela pobreza, esta, a pobreza, tem raízes objectivas nas estruturas e dinâmicas políticas e económicas de acumulação, distribuição e reprodução que são historicamente construídas.

O livro *"Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique"* equaciona diferentes abordagens e debates sobre protecção social no contexto dos padrões de acumulação em Moçambique. O livro contém oito artigos que discutem o enquadramento institucional e económico da protecção social em Moçambique; a protecção social vista do prisma de dinâmicas de acumulação e reprodução do emprego, com um artigo sobre associativismo e emprego rural feminino em Chókwè e outro sobre a aplicação das transferências do trabalho migratório em Massinga; e a problemática dos subsídios e transferências com base na experiência do programa de subsídios aos alimentos e transferências para grupos sociais específicos. O livro levanta uma questão de fundo para orientar futura investigação sobre protecção social, nomeadamente como é que as vulnerabilidades sociais estão ligadas aos padrões de acumulação. Esta questão conduz a outras: se protecção social se deve circunscrever a subsídios para grupos específicos; qual é a sustentabilidade e o custo/benefício social destes subsídios dirigidos; se existem experiências e opções alternativas que relacionem protecção social com a promoção simultânea da produção e do consumo (e, portanto, do emprego decente e

sustentável); como é que as estruturas, as dinâmicas e as relações formais e informais dos mercados de capital, bens e serviços e de trabalho afectam e são afectadas pelas vulnerabilidades sociais e económicos, e que impacto têm nas opções de protecção social. Segurança social é um direito humano. Protecção social, nas suas várias modalidades e formas, é um contributo para alcançar segurança social. Mas em que medida é que as relações, pressões, tensões e conflitos sociais, políticas e económicas agem contra esse direito de forma sistemática, e em que medida é que, nesse contexto, é possível sustentar protecção social e garantir a sua amplitude e eficácia?

O próximo livro, *"Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique"*, a ser lançado em finais de Outubro, fecha este ciclo de publicações com a caracterização da economia de Moçambique e o seu funcionamento, construindo um modelo que permite unificar consistentemente os três paradoxos da economia de Moçambique – o rápido crescimento do PIB e do investimento, a desaceleração significativa da redução da pobreza, e a construção da dependência externa como parte da estratégia de acumulação. Este livro também discute os desafios para alternativas de desenvolvimento.

Cada um dos artigos e temas abordados nestes três livros pode ser visto como um ponto de partida para futura investigação. Ao publicar estes três livros (e divulgar todas as comunicações da conferência através do seu website), o IESE pretende alargar o acesso ao conhecimento e ao debate e, por esta via, apoiar a continuação e aprofundamento tanto da pesquisa como do debate, dando assim o seu contributo para aumentar a relevância e influência da investigação social e económica em Moçambique.

Referências

- Benfica, R. (2003). *Agricultural and Agro-Industrial Investment Strategies, Broad-based Income Growth and Poverty Reduction in Rural Mozambique: A Regional Economy-wide approach*. Michigan State University.
- Benfica, R. M. S. (1998). *An Analysis of the Contribution of Micro and Small Enterprises to Rural Household Income in Central and Northern Mozambique*. Michigan State University.
- Bolnick, B. (2009). *Investing in Mozambique: the role of fiscal incentives*. USAID: Maputo.

- Brito, L. (2010). "Discurso político e pobreza em Moçambique: análise de três discursos presidenciais." In L. Brito, C.N. Castel-Branco; S. Chichava e A. Francisco (orgs.). *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*. IESE: Maputo.
- Bucuane, A. e P. Mulder (2007a). "Avaliação de opções de um imposto de electricidade para mega projectos em Moçambique." *DNEAP Discussion Paper n° 37P*. Ministério da Planificação e Desenvolvimento: Maputo.
- Bucuane, A. And P. Mulder (2007b). "Exploring natural resources in Mozambique: will it be a blessing or a curse?" *DNEAP Discussion paper 54E*. Ministério da Planificação e Desenvolvimento: Maputo.
- Byiers, B. 2009. "Taxation in retrospect." In C. Arndt and F. Tarp (eds.) *Taxation in a low-income economy: the case of Mozambique*. Routledge: New York.
- Castel-Branco, C.N. (2010a). "Introdução". In L. Brito, C.N. Castel-Branco; S. Chichava e A. Francisco (orgs.). *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*. IESE: Maputo.
- Castel-Branco, C.N. (2010b). *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique: Cadernos IESE n° 1 (Julho)*. IESE: Maputo. (disponível através do weblink http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCB.pdf).
- Castel-Branco, C.N. (2008). *O Banco Mundial e a Agricultura – uma discussão crítica do Relatório de Desenvolvimento Mundial (RDM) 2008*. Mimeo. (disponível através do weblink <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/Banco%20Mundial%20lanca%20relatorio%20sobre%20Agricultura.pdf>).
- Chichava, S. (2010). "'Por que Moçambique é pobre?' Uma análise do discurso de Armando Guebuza sobre a pobreza". In L. Brito, C.N. Castel-Branco; S. Chichava e A. Francisco (orgs.). *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*. IESE: Maputo.
- Chichava, S. (2009). *Armando Guebuza e a pobreza em Moçambique*. IDelIAS n° 12 (Maio). IESE: Maputo. (http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_12.pdf).
- Cramer, C., C. Oya e J. Sender. (2008). "Lifting the blinkers: a new view of power, diversity and poverty in Mozambican rural labour markets." *Journal of Modern African Studies*. 46 (3) pp:361-91.
- Dava, E. (2009). *Estratégias individuais de sobrevivência de mendigos na Cidade de Maputo: engenhosidade ou perpetuação da pobreza?* IDelIAS n° 17 (Junho). IESE: Maputo. (http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_17.pdf).
- DNEAP (Direcção Nacional de Estudos e Análise de Política). (2009). *Quadro macro revisto para proposta do cenário fiscal de médio prazo*. (Junho). Mimeo.
- Dobb, M. (2007). *Studies in the development of capitalism*. Kessinger Publishing: London.
- Dobb, M. (1963). *Economic growth and underdeveloped countries*. Lawrence and Wishart: London.

- Fine, B. and A. Saad-Filho (2010). *Marx' Capital* (5th edition). Pluto Press: London.
- Francisco, A. e S. Amarcy (2008). *Conceptualização da pobreza: mapeamento dos conceitos, índices, modelos e abordagens*. (Apresentação em power point). IESE: Maputo. (http://www.iese.ac.mz/lib/af/pub/Projecto_Conceptualizacao%20da%20pobreza23.05.2008b.pdf).
- Francisco, A. e R. Ali (2008): *Conceptualização e mapeamento da pobreza*. IDeIAS nº 1 (Setembro). IESE: Maputo. (http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_1.pdf).
- Kaldor, N. (1967). *Strategic factors in economic development*. Cornell University: Ithaca and New York.
- Kaldor, N. (1961). "Capital accumulation and economic growth". In F. Lutz (ed.). *The theory of capital*. MacMillan: London.
- Kaldor, N. (1957). "A model of economic growth". *Economic Journal* 67.
- Marx, K. 1983. *Capital: a critique of political economy*. Volume I. Lawrence and Wishart: London.
- O País (06-09-2010). "*Governo reage à revolta popular: 46 milhões de dólares de subsídio indirecto ao pão equivalem a 10 escolas secundárias*". SOICO: Maputo.
- Selemane, T. (2009). *Alguns desafios da indústria extractiva em Moçambique*. CIP (Centro de Integridade Pública): Maputo.
- Stewart, F. (1992a). "Alternative development strategies: an overview". In F. Stewart, S. Lall and S. Wangwe (eds). *Alternative development strategies in Sub-Saharan Africa*. MacMillan: London.
- Stewart, F. (1992b). "Short-term policies for long-term development." In G. Cornia, R. van der Hoeven and T. Mkandawire (eds). *Africa's recovery in the 1990's: from stagnation and adjustment to human development*. St. Martin's Press: London.
- Wuyts, M. (2004). "Module 1: Conceptualizing poverty". In O'Laughlin, B. and M. Wuyts. *Tanzania Diploma in Poverty Analysis – Module 1*. Economic and Social Research Foundation (ESRF), Research on Poverty Alleviation (REPOA) and Institute of Social Studies (ISS): Dar-Es-Salaam and The Hague.